

OLIVEIRA, J. A. A produção da cidade na Amazônia: tempos e espaços de ações e reações. In: Eliseu Savério Sposito e outros. (Org.). A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. 1ed. Rio de Janeiro: Consequencia, 2016, v. 1, p. 193-210.



ELISEU SAVÉRIO SPOSITO
CHARLEI APARECIDO DA SILVA
JOÃO LIMA SANT'ANNA NETO
EVERALDO SANTOS MELAZZO
(ORGS.)

A diversidade da Geografia brasileira

Escalas e dimensões da
análise e da ação

CONSEQUÊNCIA

Este livro é uma publicação com várias das importantes contribuições dos participantes das mesas redondas do XI ENANPEGE (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia), cujo tema central foi *A diversidade da Geografia brasileira: Escalas e dimensões da análise e da ação*. O encontro, realizado e coordenado pela diretoria da ANPEGE biênio 2014-2015, marcou, mais uma vez, a atuação da ANPEGE na organização de um evento que serviu, como sói acontecer, para que os geógrafos exponham suas ideias e mostrem suas contribuições para o conhecimento geográfico. O ENANPEGE apresenta-se, hoje, como o evento capaz de congrega exclusivamente trabalhos dos Programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil e, por si só, como demonstram os anais das últimas três edições, representa a diversidade da produção científica da área em nível de pós-graduação. Não menos importante, configura-se como um espaço capaz de congrega grupos de pesquisa e discussões verticalizadas que contribuem em dois níveis: na formação dos pós-graduandos e na atuação, proposição e debate de temáticas da contemporaneidade.

Foi, portanto, importante falar, ouvir, ver, observar, comparar, analisar, sintetizar, aprender e ensinar, ensinar e aprender. As mesas redondas, os grupos de trabalho, as sessões de painéis e os lançamentos de livros foram os momentos criados para se cuidar da

A diversidade da Geografia brasileira

ELISEU SAVÉRIO SPOSITO
CHARLEI APARECIDO DA SILVA
JOÃO LIMA SANT'ANNA NETO
EVERALDO SANTOS MELAZZO
(ORGS.)

A diversidade da Geografia brasileira

Escalas e dimensões da análise e da ação

CONSEQUÊNCIA

© 2016 dos autores

Direitos desta edição reservados à
Consequência Editora
Rua Alcântara Machado, 36 sobreloja 210
Centro - Cep: 20.081-010
Rio de Janeiro - RJ
Brasil
Tel/Fax: (21) 2233-7935
ed@consequenciaeditora.com.br
www.consequenciaeditora.com.br

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação,
no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei no 9.610/98).

Conselho editorial
Ruy Moreira
João Rua
Alvaro Ferreira
Catia Antonia da Silva
Carlos Walter Porto-Gonçalves

Coordenação editorial
Consequência Editora

Revisão
Priscilla Morandi

Capa, projeto gráfico e diagramação
Letra e Imagem

Imagem da capa
Paul Klee, *Redgreen and Violet-Yellow Rhythms*, 1920

Apoio:



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Div618 A diversidade da geografia brasileira : escalas e dimensões
da análise e da ação / Organizadores: Eliseu Savério Sposito ... [et
al.]. — 1. Ed. — Rio de Janeiro : Consequência Editora, 2016.
546p. ; 16x23cm.

ISBN 978-85-69437-15-4 (broch.)

1. Geografia. 2. Diversidade geográfica - Brasil. 3. Geografia -
Brasil - Estudo e ensino. 4. Pós-graduação.
I. Sposito, Eliseu Savério.

CDD 918.181

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	7
CAPÍTULO 1. Consiliência ou bipolarização epistemológica? Sobre o persistente fosso entre as ciências da natureza e as da sociedade – e o papel dos geógrafos.....	13
<i>Marcelo Lopes de Souza</i>	
CAPÍTULO 2. Conhecimento geográfico no Brasil no início do século XXI: Diversidade temática e metodológica.....	57
<i>Dirce Maria Antunes Suertegaray</i>	
CAPÍTULO 3. Queime depois de ler.....	83
<i>Manoel Fernandes de Sousa Neto</i>	
CAPÍTULO 4. Espaços políticos e novos desafios da relação Estado-Sociedade no Brasil.....	95
<i>Iná Elias de Castro</i>	
CAPÍTULO 5. Sistema territorial de inovação ou uma dimensão de análise na Geografia contemporânea.....	113
<i>Ana Cristina Fernandes</i>	
CAPÍTULO 6. A produção da cidade no Brasil: Algumas propostas metodológicas acerca de tempos e espaços – Relembrando “Flexibilidade tropical” de Milton Santos.....	143
<i>Jan Bitoun</i>	
CAPÍTULO 7. Movimentos sociais e processo de produção da cidade.....	169
<i>José Borzacchiello da Silva</i>	
CAPÍTULO 8. A produção da cidade na Amazônia: Tempos e espaços de ações e reações.....	193
<i>José Aldemir de Oliveira</i>	
CAPÍTULO 9. A cidade e o campo: Ambiente e sociedade.....	211
<i>Denise Elias</i>	
CAPÍTULO 10. Ponderações sobre ausências e presenças em estudos de Geografia Urbana.....	233
<i>Arlete Moysés Rodrigues</i>	

CAPÍTULO 11. A relação campo-cidade: Abordagem sob o prisma da questão agrária	255
<i>Sedeval Nardoque</i>	
CAPÍTULO 12. O livro didático permite e oportuniza a democratização do conhecimento?	287
<i>Helena Copetti Callai</i>	
CAPÍTULO 13. Considerações ao livro didático de Geografia	307
<i>Rosselvelt José dos Santos</i>	
CAPÍTULO 14. Livro didático em Geografia: Recurso/suporte ao trabalho docente autônomo do professor ou apêndice da política educacional oficial?	323
<i>Lana de Souza Cavalcanti</i>	
CAPÍTULO 15. Problemas comunes de la "crisis hídrica" a nivel global, regional y local: Situación actual y retos para Cuba.....	343
<i>María Gloria Fabregat Rodríguez</i>	
CAPÍTULO 16. Políticas públicas para a gestão de recursos hídricos.....	361
<i>Cláudio Antonio Di Mauro</i>	
CAPÍTULO 17. Desafios e potencialidades de formação e pesquisa em Geografia a partir da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil	403
<i>Valdir Adilson Steinke</i>	
CAPÍTULO 18. La postgraduación en Geografía en el caso de la PUC en Chile: Logros y desafíos.....	423
<i>Federico Arenas e Rodrigo Hidalgo</i>	
CAPÍTULO 19. La Geografía en el postgrado y el sistema científico de Argentina.....	437
<i>Diana Lan</i>	
CAPÍTULO 20. Geografias do porvir: A fenomenologia como abertura para o fazer geográfico.....	451
<i>Eduardo Marandola Jr.</i>	
CAPÍTULO 21. Além da sociedade-natureza com a mais-que-Geografia Humana: Por uma teoria transdisciplinar de ética ambiental e visão do mundo.....	467
<i>Scott William Hoefle</i>	
CAPÍTULO 22. Contribuições das geografias feministas nas abordagens das relações entre espaço e diferenças.....	507
<i>Joseli Maria Silva</i>	
CAPÍTULO 23. A pós-graduação em Geografia no Brasil: Avaliação e tendências..	523
<i>Eliseu Savério Sposito</i>	

APRESENTAÇÃO

Eliseu Savério Sposito
 Charlei Aparecido da Silva
 João Lima Sant'Anna Neto
 Everaldo Santos Melazzo

Este livro é uma publicação com várias das importantes contribuições dos participantes das mesas redondas do XI ENANPEGE (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia), cujo tema central foi *A diversidade da Geografia brasileira: Escalas e dimensões da análise e da ação*. O encontro, realizado e coordenado pela diretoria da ANPEGE biênio 2014-2015, marcou, mais uma vez, a atuação da ANPEGE na organização de um evento que serviu, como sói acontecer, para que os geógrafos exponham suas ideias e mostrem suas contribuições para o conhecimento geográfico. O ENANPEGE apresenta-se, hoje, como o evento capaz de congregiar exclusivamente trabalhos dos Programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil e, por si só, como demonstram os anais das últimas três edições, representa a diversidade da produção científica da área em nível de pós-graduação. Não menos importante, configura-se como um espaço capaz de congregiar grupos de pesquisa e discussões verticalizadas que contribuem em dois níveis: na formação dos pós-graduandos e na atualização, proposição e debate de temáticas da contemporaneidade.

O evento teve, em relação aos encontros anteriores, semelhanças e diferenças. As semelhanças foram aquelas associadas à continuidade do papel da entidade que tem, como determina seu estatuto, o objetivo de ambientar e estimular a constante qualificação da pós-graduação e da pesquisa em Geografia no Brasil por meio da integração dos programas de pós-graduação, congregando docentes, pesquisadores e discentes da área, visando o constante aprimoramento da investigação geográfica, promovendo

atividades de natureza científica, de dois em dois anos, com vistas aos intercâmbios com os programas e órgãos relacionados à pós-graduação e pesquisa no Brasil e no exterior, objetivando o crescimento da Geografia.

O XI ENANPEGE trouxe, também, algumas diferenças. O evento não foi realizado em uma capital de estado, em uma cidade litorânea ou com algum atrativo turístico. Foi realizado em Presidente Prudente, cidade com papel intermediário na rede urbana brasileira, cujo passado foi dinamizado pelo complexo cafeeiro; é uma jovem cidade que se tornará centenária em 2017, que tem 210 mil habitantes. O encontro foi uma oportunidade de reunir grande número de geógrafos (aproximadamente 1.200), das mais diferentes partes do Brasil e do exterior, de diferentes níveis de formação, com diferentes aspirações teóricas, com diversas visões de uso do instrumental metodológico e técnico que redefine e expressa, constantemente, as teorias, os conceitos e as linguagens geográficas.

Foi, portanto, importante falar, ouvir, ver, observar, comparar, analisar, sintetizar, aprender e ensinar, ensinar e aprender. As mesas redondas, os grupos de trabalho, as sessões de painéis e os lançamentos de livros foram os momentos criados para se cuidar da ciência. As reuniões de coordenadores, pesquisadores, pós-graduandos e editores de revistas ganharam dimensão política para tratar das semelhanças e diferenças entre concepções e ações dos geógrafos em seus ambientes de trabalho e pesquisa.

É com o espírito de debate das ideias e do reconhecimento aos muitos que muito fizeram pela Geografia que apresentamos, neste momento, mais um livro produzido pela ANPEGE. O livro tem início com o texto “Consiliência ou bipolarização epistemológica? Sobre o persistente fosso entre as ciências da natureza e as da sociedade – e o papel dos geógrafos”. Ele foi apresentado na conferência de abertura por Marcelo Lopes de Souza. Sua leitura mostrará ao leitor uma avaliação das transformações no pensamento geográfico marcadas pelas palavras do autor. Os textos que vêm depois mostraram diferentes visões e prismáticas da Geografia e estão colocados na mesma ordem cronológica em que foram apresentados. O primeiro tema abordado foi a produção do conhecimento geográfico no início do século XXI. Dirce Suertegaray fala da diversidade temática e metodológica e Manoel Fernandes de Sousa faz uma análise do que se tornou a universidade, atualmente, na procura da quantidade competitiva pela produção de textos. Sobre o Estado, a nação e o território, considerando diferentes dimensões para a análise geográfica, Iná Elias de Castro traz uma exposição

sobre os espaços políticos e os novos desafios da relação Estado-sociedade no Brasil, por meio de continuidades e rupturas, focando as bases organizacionais e territoriais do Brasil; e Ana Cristina Fernandes trabalha o que denomina de Sistema Territorial de Inovação, buscando uma dimensão para análise na Geografia atual, tratando da cidade, da divisão de trabalho e da inovação por meio de novas e antigas desigualdades espaciais.

A produção da cidade vista em diferentes momentos e por diferentes ações foi analisada por Jan Bitoun, José Borzacchiello da Silva e José Aldemir Martins. Jan Bitoun mostrou como enfoca a produção da cidade no Brasil, expondo suas propostas metodológicas para lembrar a “flexibilidade tropical” de Milton Santos, para entender os tempos e espaços da cidade, falando de recortes, classificação e periodização. José Borzacchiello enfocou os movimentos sociais na produção da cidade considerando o real e o virtual, as redes sociais e os eventos organizados, como o Fórum Nacional da Reforma Urbana. José Aldemir de Oliveira, por sua vez, traz sua reflexão sobre os tempos e os espaços das ações e reações na produção da cidade na Amazônia, área que conhece bem, contextualizando as cidades ribeirinhas e suas múltiplas espacialidades.

A relação entre cidade e campo, ambiente e sociedade, teve a contribuição de três geógrafos. Arlete Moysés Rodrigues fez suas ponderações sobre as ausências e as presenças nos estudos de Geografia Urbana, relacionando as agendas de pesquisas e as agendas de políticas públicas e focando a propriedade fundiária urbana e as rendas na cidade. Seideval Nardoque enfatizou o tema da mesa, trabalhando a relação cidade-campo por meio de uma abordagem sob o prisma da questão agrária, privilegiando o recorte territorial do Mato Grosso do Sul e a recriação camponesa nesse território. Denise Elias manteve, em seu texto, o título da mesa: a cidade e o campo, ambiente e sociedade, mostrando o uso seletivo e a fragmentação do espaço agrário, e a formação de uma rede urbana e as regiões produtivas do agronegócio e os processos de reestruturação da cidade.

As políticas de Estado e as ações para o ensino da Geografia foram tratadas por três geógrafos. Helena Copetti Callai pergunta se o livro didático permite e oportuniza a democratização do conhecimento mostrando o papel do PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) na organização dos currículos escolares dos ensinos fundamental e médio, seus limites e fragilidades. Rosselvelt José dos Santos tece suas considerações sobre o livro didático de Geografia comentando o uso dos Objetos Educacionais Digitais

e seus alcances na avaliação dos livros didáticos pelo MEC. Lana de Souza Cavalcanti, por sua vez, aborda o livro didático como recurso e suporte ao trabalho docente autônomo do professor e pergunta, em contraposição, se o livro não seria um apêndice da política educacional oficial para a educação, formação e atuação docente no contexto contemporâneo.

No que concerne às políticas públicas e a gestão dos recursos hídricos, Maria Glória Fabregat Rodríguez expôs suas ideias sobre os problemas comuns, internacionalmente, referentes à crise hídrica em diferentes níveis (global, regional e local), contextualizando a situação atual e os desafios que Cuba tem pela frente. Por sua vez, Cláudio Antonio di Mauro analisa, exaustivamente, diferentes políticas públicas para a gestão de recursos hídricos no Brasil, mostrando como os recursos hídricos se tornaram instrumentos de dominações e de transformações territoriais, os eventos, os acordos internacionais e a evolução da legislação brasileira sobre os recursos naturais. A pós-graduação na América Latina foi apresentada por geógrafos do Brasil, do Chile e da Argentina. A contribuição chilena, de Federico Arenas e Rodrigo Hidalgo, focou o caso da Pontifícia Universidade Católica do Chile, seus resultados positivos e seus desafios, mostrando o contexto em que se dá o esforço para o desenvolvimento da pós-graduação e as respostas nos níveis de mestrado e doutorado. Diana Lan, falando da Argentina, analisa a Geografia na pós-graduação em relação ao sistema científico do país, mapeando a distribuição espacial das diferentes áreas de graduação universitária e os programas de pós-graduação em Geografia.

Em seguida, temos os textos voltados para a diversidade das práticas sociais, movendo-se do indivíduo para o coletivo. Eduardo Marandola Junior enfoca as Geografias do porvir por meio da Fenomenologia como abertura para o fazer geográfico. Para isso, relata a experiência como escala epistemológica dos estudos fenomenológicos, suas heurísticas, possibilidades e aberturas para o fazer geográfico.

Scott William Hoefle expõe sua teoria transdisciplinar de ética ambiental e visão de mundo, passando por diferentes visões (encantadas, espiritualmente bifurcadas, materialista secular e ecológica holística), chegando ao território brasileiro e o desmatamento das florestas amazônica e atlântica. O tema é finalizado com o texto de Joseli Maria da Silva, que analisa as contribuições das geografias feministas na abordagem das relações entre espaço e diferenças, falando da convergência das geografias feministas com a *nova geografia cultural*, as diferenças de abordagem do

corpo como escala geográfica e a interseccionalidade de identidade na análise do espaço geográfico.

A última mesa a ser apresentada no XI ENANPEGE versou sobre as políticas públicas, a vulnerabilidade e a gestão de riscos. A contribuição que compõe este livro foi elaborada por Valdir Adilson Steinke, que trata dos desafios e das potencialidades de formação e pesquisa em Geografia a partir da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, trabalhando detalhadamente a legislação brasileira.

O livro se encerra com a avaliação e a indicação de tendências sobre a Pós-Graduação em Geografia no Brasil, que ficou ao encargo do presidente da ANPEGE. Eliseu Sposito traz os elementos para uma abordagem particular do universo da Geografia universitária brasileira, mostrando “quem conversa com quem” entre os programas por meio das formações das bancas de mestrado e doutorado e de onde provêm os convidados para palestras, seminários e conferências, configurando um banco de dados visualizado em inúmeros gráficos.

É com o mesmo espírito do XI ENANPEGE, presenciado por aqueles que estiveram no evento, que apresentamos este livro: o objetivo é “ouvir” a leitura que os geógrafos fazem dos geógrafos, é dando boas-vindas às análises e críticas que contribuam para o presente e o futuro da Geografia. Que o livro possa ser um instrumento não só de difusão de ideias e conceitos, que ele possa contribuir também na formação da nova geração de geógrafos que se apresenta nesse futuro próximo.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todos os alunos (doutorandos, mestrandos e mesmo graduandos, coordenados por Aline Coimbra) e professores dos campi de Presidente Prudente e de Dourados que se dedicaram intensamente (antes, durante e depois) para organizar o XI ENANPEGE, dividindo-se e se desdobrando nas várias atividades necessárias para o bom andamento dos trabalhos. Agradecemos, também, aos auxílios fornecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O campus da UNESP de Presidente Prudente foi o espaço que recebeu, durante quatro dias de outubro de 2015, todos os participantes que, esperamos, levaram consigo conhecimento geográfico e a perspectiva de uma Geografia que cresce e se qualifica no Brasil.

Presidente Prudente, maio de 2016.

- http://observatorioidaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed752_sobre_os_recentes_movimentos_sociais_urbanos_no_brasil. Acesso em: 28/09/2015.
- RONCAYOLO, Marcel. *La ville et sesterritoires*. Paris: Gallimard, 1982. p. 21. *Lectures de villes Formes et temps*. Marseille: Éditions Parenthèses, 2002. p. 21-22.
- SINTOMER, Yves; BLONDIAUX, Lôic. "L'impératif délibératif". *Politix*, v. 5, n. 57, p. 24, 2002.
- VAINER, C. B. "As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?". *Cadernos IPPUR/UFRJ*, 2002.
- VIOLAÇÃO ao direito à informação e à participação política. *A pública*. Disponível em: <http://apublica.org/2013/06/por-protestam-contra-copa/>. Acesso em: 03/10/2015.
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CAPÍTULO 8

A produção da cidade na AmazôniaTempos e espaços de ações e reações¹José Aldemir de Oliveira²

Um texto é o resultado da vivência de quem o faz. A caminhada que culminou com este, que lhes apresento, é também um longo caminho de minha vivência nas cidades às margens dos rios, que são, sem exagero de pretensões, as minhas cidades e que se tornaram no meu objeto de pesquisa, marcado pelo antagonismo entre razão e paixão, cindindo o conhecimento científico vigilante e a imaginação utópica.

Não se trata de nada exótico, são apenas cidades diferentes e iguais a todas as outras em vários lugares do mundo, mas específicas, e para sustentar isso inicio com uma citação que David Harvey faz no livro *Cidades rebeldes*:

A cidade, escreveu certa vez o famoso sociólogo urbano Robert Park, é "[...] a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que se vive, e de fazê-lo de acordo com seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem criou a si mesmo". (2014, p. 28)

Harvey conclui: "Se Park está certo, a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser". Nesse sentido, esta mesa tem um grande desafio: refletir sobre a produção da cidade em diferentes momentos e ações e, como se trata de

¹ Texto resultante da Pesquisa "Cidades Amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional" do PRONEX, financiado pela FAPEAM/CNPq.

² Universidade Federal do Amazonas.

um encontro de geógrafos, cidades em múltiplas escalas e em diferentes lugares.

Do modo como se consolidou a cidade no mundo ocidental, pode-se identificar um eixo de investigação da cidade e na cidade, a produção e o consumo no espaço e do espaço que influencia a estruturação urbana cada vez mais inserida no mundo da mercadoria. Mas o desafio não termina aí, do ponto de vista da Geografia Brasileira, a questão é como estabelecer investigações que dê conta da análise de cidades tão diferentes que se juntam e se separam e, mais que isso, como identificar as alternativas de como a população local se articula para, a partir de condições objetivas, criar os meios de vivência e produzir uma cidade mais justa e igualitária.

Para fazer essa reflexão, parto de um lugar concreto – a Amazônia – e de suas cidades, não todas, mas aquelas sobre as quais tenho refletido ultimamente, as cidades ribeirinhas, tendo como premissa, o que sustenta Olgária Matos (1995), o mundo das ideias é a realidade empírica, e no meu caso é a busca por compreender a cidade a partir dos rios, dos igarapés, da floresta, e chega às ruas de terra batida, os becos e as pinguelas. Não se trata de um texto asséptico, neutro; ao contrário, faz questão de ter lado: o dos pobres das cidades, seus rostos queimados pelo sol, suas mãos calejadas e corpos impregnados do cheiro da terra e da mata.

Às vezes, os estudos sobre a Amazônia privilegiam a natureza e esses sujeitos não contam, ou contam pouco, na espacialização da região, são os outros, e a cidade contemporânea, mesmo as pequenas cidades da Amazônia, têm cada vez menos ou têm precariamente lugar para eles. A cidade, desse ponto de vista, é a descontinuidade do cotidiano em que predomina o tempo contínuo da produção do lucro que suplanta quase tudo e, como asseverou Walter Benjamin (1987), são cada vez mais lugares em que a construção da vida está muito mais no poder de fatos que de convicções.

As cidades amazônicas não são nem totalmente desconhecidas, como querem alguns, tampouco suficientemente conhecidas e reconhecidas; todavia, nas últimas décadas, surgem pesquisas específicas com forte trabalho de campo sobre cidades amazônicas, gerando novos conhecimentos sobre a região capazes de dialogar com estudos macrorregionais elaborados pelo IBGE e Ipea, que são fundamentais para o conhecimento da região, porém insuficientes para dar conta das especificidades das cidades amazônicas.

Para discutir a produção da cidade e diferentes momentos e ações, o presente texto se divide em três partes: o contexto de surgimento e da produção das cidades na Amazônia; as cidades ribeirinhas, a natureza e as espacialidades e as ações que determinam a produção e o controle da cidade e do urbano. Não há pretensões de apresentar respostas definitivas, mas suscitar o debate sobre uma região diversa e complexa e suas cidades, ou parte delas.

O surgimento das cidades na Amazônia: texto e contexto

As dimensões socioespaciais na Amazônia são compartilhadas de modo diferente do que era no passado, ou mesmo antes de a região existir enquanto espacialidade do colonizador e depois da sociedade nacional, quando era território de várias nações indígenas. Hoje novas territorialidades são produzidas e apropriadas por diferentes sujeitos sociais (indígenas, ribeirinhos, movimentos sociais, empresas, governo, forças armadas, ambientalistas, pesquisadores, forasteiros, religiosos e representantes de várias mídias) que articulam as estruturas preexistentes, quase sempre locais, às novas dimensões, agora globais. No curso dessa articulação, o poder se dilui em diferentes escalas do local passando pelo regional, atingindo o nível nacional por meio das instituições. Porém, não há simetria e em alguns casos a articulação se dá para além do Estado nacional e atingem o grau de relações supranacionais.

Nesse contexto, surgem e se consolidam as cidades em parte da Amazônia, aquela denominada de Amazônia Ocidental, em especial no vale dos grandes rios, onde a rede hidrográfica e a floresta, pela força da natureza, impõem ritmos próprios à dinâmica de circulação de fluxos na região, e estabelece certo “choque” diante dos avanços da tecnologia, em especial dos sistemas de informação e controle sobre o espaço, estabelecendo redes urbanas múltiplas, legais e ilegais numa geografia exclusiva e peculiar que une cidades, fronteiras, circuito financeiro formal e informal militarização (MENEZES, 1999), e em alguns casos retomando veredas, trilhas que são os antigos caminhos por onde se davam as trocas locais.

As cidades do nosso agora na Amazônia são herdeiras de espacialidades pretéritas que mostram processos contínuos e descontínuos no tempo e no espaço que, se bem analisado, põe em questão várias visões que aparecem

de modo recorrente, como, por exemplo, de que a região era e é um vazio demográfico. A Amazônia já era ocupada antes da chegada do colonizador, nunca foi o vazio demográfico que se apregoa, portanto não estava e não está desocupada. A ocupação que se seguiu à Colônia significou "uma forma peculiar de colonização que, longe de acrescentar novos contingentes humanos à área, sangrava-os ininterruptamente em suas populações indígenas" (OLIVEIRA, 2000), conforme já amplamente demonstrado na demografia histórica e em estudos antropológicos, especialmente os de William M. Denevan (1992).

A "ocupação" portuguesa que contraponha as expedições espanholas que penetram na região durante o século XVI e primeiros anos do século XVII demarca a defesa e a conquista do território como ponto de apoio para a interiorização da região até atingir no século XVIII o extremo Oeste, consolidando o domínio de Portugal na Amazônia, garantindo a posse do território e praticamente definindo os limites fronteiriços ao Norte e a Oeste, existentes até hoje.

As cidades tiveram suas origens no período colonial e se consolidaram enquanto vilas ou cidades em meados do século XIX, quando vários acontecimentos contribuíram para a modificação da paisagem da Amazônia e, em linhas gerais, estabeleceram a malha urbana que se estruturou a partir de então, sendo o acontecimento mais relevante do período a exploração extensiva dos seringais, conhecido como o período da borracha.

Embora a exploração do látex tenha sido importante do ponto de vista econômico, não teve o mesmo impacto no surgimento de vilas e cidades, visto que a maioria da população estava embrenhada no interior da floresta e a atividade extrativa não contribuiu de modo significativo para o surgimento de novos, tampouco a dinamização dos núcleos urbanos (OLIVEIRA, 2000). As vilas e as poucas cidades continuaram com as mesmas funções para as quais haviam sido criadas no século XVIII, quais sejam: representação do poder público para arrecadação de impostos, sede das missões religiosas, base para a circulação de produtos extrativos para exportação e internação de produtos alimentícios básicos que vinham de lugares externos à região e eram internalizados a partir de Belém e Manaus, que foram se consolidando como os dois principais núcleos urbanos da região.

Em síntese, as vilas e cidades no período colonial eram a base para o controle do território e ações do Estado, das congregações religiosas fazendo com que as vilas, os fortes e as missões superassem o papel de entre-

posto comercial sede do aparato religioso (casa dos padres, capela, escola) para ser a sustentação do projeto civilizatório imposto no período colonial. A reatualização se dá a partir do século XIX e em diferentes períodos até a primeira década do século XXI com imposição do controle e de ações Estado nação brasileiro.

Nas primeiras décadas do século XX, após o crescimento econômico com o *boom* da borracha, mais um período de estagnação se abateu sobre a região, levando a *deblache*, que, no entanto, não significou crise generalizada, especialmente para a população da floresta e para os migrantes nordestinos pobres. Há, sem dúvida, crise nas finanças públicas, especialmente no estado do Amazonas, que atinge a cidade de Manaus, mas, para a população pobre embrenhada na floresta, a "crise" da borracha em alguns casos significou a melhoria das condições que já eram precárias, decorrente da exploração da mão de obra nos seringais (OLIVEIRA, 2003).

As primeiras tentativas de superação da crise ocorrem na década de 1950, por força da ação governamental para a Amazônia, de certo modo como reflexo dos investimentos realizados na década de 1940, com o famoso discurso de Getúlio Vargas no Teatro Amazonas e se amplia o Acordo de Washington visando à retomada da produção da borracha para atender a demanda da guerra.

Essa ação é reforçada na década de 1960, com a ditadura militar, que estabeleceu modificações significativas na malha urbana da Amazônia. Essa política atraiu grandes empresas nacionais e estrangeiras, incentivou projetos agropecuários, minerais, madeireiros e industriais, concomitante ao processo de produção controlada do espaço por meio de ações ligadas ao fluxo migratório e a política de colonização. Além disso, o estado também construiu a infraestrutura básica necessária como estradas, portos, ferrovias e rede de comunicação.

Em decorrência dessa política, especialmente no Pará, Rondônia e Roraima, ocorre a mudança do eixo de circulação do rio para a estrada, e nesse novo eixo surgem novas cidades originárias da construção de grandes projetos ou por eles influenciadas. Esse processo é menor no estado do Amazonas, cujo eixo de circulação continua sendo o rio, configurando-se a fronteira econômica com forte participação do estado na produção e controle do território.

Tudo isso ensejou a implantação de políticas desenvolvimentistas voltadas para a Amazônia com reflexo na produção e controle do espaço urbano.

É importante apontar que algumas ações que foram adotadas a partir da ditadura militar já vinham sendo aplicadas anteriormente, sendo projetos e atividades apenas retomados ou redimensionados (OLIVEIRA, 2014). Cabe ainda assinalar que mesmo nos casos em que projetos foram retomados ocorreram mudanças, seja pelo modo autoritário como foram conduzidas as ações visando atender às políticas públicas voltadas ao crescimento econômico, seja pelo maior vigor com que foram implantados (IANNI, 1981).

Para produzir novos territórios, o Estado estabeleceu a estruturação espacial por meio da "malha programa" (BECKER, 1990), que possibilitou o controle técnico e político cuja ação se dá com a chegada da técnica no espaço com a rede de telecomunicação, satélite, aeroportos, portos, hidrelétricas, estradas, que significou, que contribuiu para o esvaziamento do campo levando ao crescente processo de urbanização. A população urbana, que representava pouco mais de um quarto da população total em 1940, já era mais da metade morando nas cidades 40 anos depois, continuando a crescer atingindo 69% em 2000 e 71% em 2010.

Todo esse processo teve e tem influência na produção das cidades amazônicas que na atualidade podem ser definidas como o conjunto de lugares com vários caminhos para o mundo, lugares onde a natureza dos processos externos aparece como delineamentos diversos e inovadores e como lugares de demonstração da complexidade que envolve o local e o global. Há, porém, lugares que não foram atingidos, onde se sobrepõe a reserva territorial estratégica ou espaço de colonização pioneira. A sua reconfiguração regional nesse quadro mescla e sobrepõe caminhos tendentes à mundialização e, ao mesmo tempo, caminhos voltados para o contrário, para o local, a natureza, a recuperação das dimensões étnicas que guardam dimensões e sentidos traçados em outras épocas. São inúmeras as formulações dos significados e implicações desses cruzamentos, sobrepostos uns aos outros, que são opostos, complementares e sobrepostos.

Esse processo, em todos os tempos, nuns mais, noutros menos, inserem a Amazônia no mundo e lhe atribui um significado global que a região sempre teve e que agora ganha relevância na preservação de biodiversidade e regulação do clima e do mesmo modo como se insere contraditoriamente nas diversas redes da globalização. As cidades têm o papel estratégico específico que relaciona os lugares entre si e estes com a dinâmica econômica da globalização que, por sua vez, modifica as relações territoriais reestruturando a dinâmica urbana.

Dessa maneira, as cidades na Amazônia brasileira se constituem como lugares privilegiados dos processos contraditórios que se opõem e se completam como controle do território e como nichos de avanços e inovação tecnológicos com possibilidades de produção de novos valores. Esse processo leva ao debate do papel das cidades amazônicas na contemporaneidade que comporta três níveis de ações e de controle.

O primeiro tem sido conduzido, preferencialmente, de um lado, pelos ambientalistas ligados às ONGs e comporta diferentes recortes territoriais, constituindo unidades de conservação, glebas, lotes, ou seja, outras especialidades diferentes das vivenciadas até então e sempre ligadas ao mercado pelo viés da sustentabilidade, não se diferenciando das estratégias do "capital moderno" com empresas ligadas à extração de riquezas oriundas da biodiversidade ou do conhecimento das populações tradicionais que recriam o mito do Eldorado organizando as agências de pesquisas mundo afora (SCHOR, 2008).

O segundo é o avanço do agronegócio e da exploração mineral que substitui a floresta por pasto ou commodities agrícolas e minerais que ocorre especialmente na borda meridional da região e se estende em extensa faixa, que vai da parte oriental no Pará a ocidental em Rondônia e se espalha em ilhas para o interior da região, reproduzindo formas variadas de exploração dos recursos naturais para o mercado que leva de certo modo ao crescimento econômico, sustenta Schor, se apoiando na perspectiva dos surtos econômicos propostos por Celso Furtado (1997), pela forma de competição nos mercados nacional e internacional, gerando no local a produção de alguma infraestrutura voltada para o escoamento da produção, mas sem ser capaz de gerar desenvolvimento, no mesmo sentido que lhe dá Celso Furtado (1977). É o que se configura como *boom econômico*, que reiteradamente se repete na região com surto de crescimento em curtos períodos de intensa efervescência seguidos de longos de decadência que chegam com a mesma intensidade com que aqueles ocorreram (BECKER, 2013), sem serem capazes de gerar na bonança mudanças estruturais significativas, sendo benefícios para poucos, visto que é apropriado de modo privado, mas na decadência atingem a todos.

O terceiro é de certo modo o contraponto e aparece como resistência pela possibilidade de produção e controle de especialidades articuladas à terra, às florestas e aos rios como portadores de um modo de ser vivente. A natureza se lhe afigura como espaço-tempo que homens e mulhe-

res habitam e são habitados, num ritmo próprio e diverso do que lhes é imposto. São índios, posseiros, ribeirinhos, trabalhadores do campo e da cidade, cujas ações se concretizam e se objetivam no espaço social, aqui contraposto ao espaço abstrato (LEFEBVRE, 2000), e quase sempre são desconsideradas, pois estão eivadas de coisas simples, transmutadas numa sensação de extrema obviedade pela frequência do estar sempre por aí (OLIVEIRA, 2000) e porque quase sempre partimos de análises da macroestrutura com a preocupação de identificar as carências e as perdas, concebendo e percebendo o espaço como inumano e deixamos de identificar, analisar, compreender o território que resulta desse processo que, de um lado, reflete as duras condições de vida, de outro também é sinal de resistência, de força inquebrantável para a construção de uma nova vida que não é necessariamente melhor ou pior, mas é outra vida.

Esse processo contraditório e complementar ocorre a partir e tem como base as cidades. A intensidade pela qual as cidades participam desse processo as põem em posições diferenciadas, e importantes para a constituição do todo. Não se trata de uma hierarquia estática, mas do processo que tem semelhanças e diferenças entre as diversas cidades que compõem a rede urbana (BERRY, 1972), chegando à classificação que as relaciona numa tipologia urbana (SCHOR, 2013), apesar das dificuldades que encerra, por ser sempre incompleta e provisória, pois se tem claro não apenas a grande extensão da região como a diversidade das cidades na Amazônia (TRINDADE-JÚNIOR, 2011), mas é também a tentativa de demarcar o esforço metodológico, de indicar e reconhecer os padrões urbanos que, ao serem extrapolados de áreas específicas, podem contribuir para o entendimento da rede urbana na Amazônia.

Na Amazônia, por conta das suas dimensões multiescalares, a floresta imensa e as pequenas cidades, que "a globalização materializa-se concretamente no lugar, aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões" (CARLOS, 1996). Entender a dinâmica urbana e as cidades na Amazônia é compreender os mecanismos com os quais o global e o local interagem, incluindo e excluindo processos e pessoas do movimento contraditório que aproxima e afasta. Essa dinâmica, para além de sua extensão, dá à Amazônia a diversidade não apenas da natureza, mas da sociedade e consequentemente de suas cidades e é, nesse sentido, que surge a análise das cidades ribeirinhas.

As cidades ribeirinhas uno e múltiplas espacialidades

As mudanças nas relações sociais de produção na Amazônia trouxeram transformações na espacialidade no geral nas cidades em particular, a partir dos anos 1960. Após o golpe militar de 64, várias cidades foram criadas, e podem-se identificar dois perfis de cidade que têm a ver com a sua inserção na dinâmica de fluxos regionais (TRINDADE-JÚNIOR, 2011; GONÇALVES, 2001; BECKER, 2004).

Trindade-Junior, seguindo os autores acima, identifica que o primeiro perfil está ligado às cidades da beira da estrada surgidas em decorrência da mudança ocorrida em algumas partes da Amazônia, do eixo de circulação do rio para a estrada. Nesse novo eixo surgem novas cidades originárias da construção de grandes projetos ou por eles influenciadas que se configuram como fronteira econômica com forte participação do Estado na produção e controle do território.

O segundo perfil é o mais fortemente relacionado ao Estado do Amazonas e foi identificado por Trindade-Junior, seguindo Gonçalves (2001), como o modelo "rio/floresta" de ocupação do espaço regional, anterior à década de 1960 e que de certa forma permanece até os dias atuais, caracterizados por tempos espaciais herdadas em alguns casos do período colonial e pouco afetadas por transformações recentes (CORRÊA, 1987 e 1997), ligadas às dinâmicas econômicas do extrativismo, com predomínio de transporte por vias fluviais, sem diferença acentuada entre o rural e o urbano (SCHWADE, 2014) que muitas vezes se confundem denotando intensa articulação da cidade com uma temporalidade ainda não totalmente assimilada (TRINDADE-JÚNIOR, 2011) pelas novas atividades e modos de vida implantados nas cidades surgidas a partir dos eixos rodoviários.

O processo de urbanização da Amazônia gerou um conjunto de aglomerados humanos que a caracteriza como uma "floresta urbanizada" (BECKER, 2005), com todos os senões que a afirmativa comporta. Os dados do IBGE apontam a rápida concentração populacional, principalmente ao longo dos principais rios. A divisão territorial em municípios elevou alguns desses aglomerados humanos à categoria de cidade. No estado do Amazonas, a maioria das cidades está localizada ao longo da calha dos principais rios e muitas dessas cidades têm a forma, são sedes da municipalidade, porém não exercem plenamente suas funções. A maneira pela qual essas funções são exercidas difere de uma cidade à outra por conta

da dinâmica populacional, das variáveis históricas, das relações intra e interurbana, dos serviços e comércio, da infraestrutura urbana, do fluxo de transporte, das políticas públicas e das dimensões culturais, que fazem com que, mesmo quando parecem iguais, as cidades são diferentes nas formas e a funções delas.

Essa é sem dúvida a realidade para parte da Amazônia brasileira, em especial para o estado do Amazonas, onde as relações territoriais lidam com fricções das formas físicas de maneira ímpar, é a enchente e vazante dos grandes rios que determinam os fluxos de transporte, a circulação no comércio, a produção da moradia, as políticas públicas, o extrativismo e o custo de vida nas cidades (MORAES & SCHOR, 2007), ao mesmo tempo em que são redefinidas as características de cada cidade que inserem determinados recortes do local ao global.

As cidades ribeirinhas da Amazônia foram tratadas, em pesquisas recentes (TRINDADE-JÚNIOR, 2011; OLIVEIRA, 2014), como aquelas localizadas às margens dos rios e que estão ligadas às dinâmicas econômicas herdadas do passado com intensa articulação com os rios, intensa articulação como meio de circulação, fornecedor de alimentos e meio de vida. São cidades em que as novas espacialidades e temporalidades ainda não estão assimiladas e ainda predominam atividades e modos de vida ligados às relações pretéritas, especialmente ao extrativismo.

Nessas cidades, a maioria das espacialidades implantadas na contemporaneidade foi imposta, o que não significa reconhecer, de um lado, que essas formas não são homogêneas e, de outro, guardam resíduos de relações pretéritas como sinais de resistência. Na verdade, a espacialidade revela as mais diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam, a partir das condições concretas, defender seus interesses, o que nos leva a compreender a paisagem como resultado das determinações múltiplas, do Estado e de diferentes sujeitos sociais, das relações sociais de produção, e mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas.

As pesquisas desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira possibilitam inferir que a análise das cidades ribeirinhas devem levar em consideração a floresta e os rios como ponto de partida, não de chegada. Nessas cidades amazônicas, pode-se ser levado inconscientemente a estabelecer a dimensão das espacialidades a partir do encantamento da realidade física. Entretanto, a generosidade da

paisagem natural esvai-se e o que fica é o artificialmente produzido. É claro que o conjunto formado pelos sistemas naturais existentes numa região como a Amazônia ainda é muito importante e não pode, nem deve, ser desconsiderado, porém, as análises devem se concentrar no que lhe acrescenta a sociedade. Conforme sugere Milton Santos (1997), do ponto de vista geográfico há uma existência natural, todavia a existência real somente lhe é dada por causa das relações sociais, que se aplica às espacialidades das cidades ribeirinhas fortemente influenciadas pela natureza, mas não se pode atribuir a esta a inércia em que estão imersas as cidades.

As cidades são ribeirinhas não só porque estão às margens dos rios, isso é a condição *sine qua non*, mas porque têm relações econômicas, territoriais e culturais com os rios e representam, neste início de século XXI, uma das mais raras permanências, refletindo e iluminando miticamente a cultura porque ainda preservam tempos para a vivência de uma forma ilimitada a imaginação que ultrapassa os horizontes (PAES LOUREIRO, 2015).

Isso nos leva à compreensão das cidades da Amazônia para além da paisagem aparente para inseri-las na complexidade da sociedade contemporânea e, para isso, é necessária a superação de formas simplistas de interpretações e de intervenções, reconhecendo que essas práticas são engendradas a partir de condições objetivas e estão mediadas pelas contradições e conflitos da sociedade. Essa compreensão leva ao estabelecimento de estratégias para a resolução de problemas que, na maioria dos casos, não fazem parte das agendas das populações locais, posto que são também impostas.

Ação e controle das e nas cidades

Há contradições no processo recente de produção do espaço urbano na Amazônia brasileira, o que significa reconhecer, como aponta Bertha Becker (2004), que há em curso uma transição da fronteira, o processo em curso na Amazônia é mais que isso. Trata-se de uma nova estratégia do capital para a região, articulando a dimensão global e local. Mas é também a ação de múltiplos sujeitos que, articulados nas organizações da sociedade civil, estão inserindo experiências alternativas que têm influenciado na mudança de rumo das políticas governamentais e na atuação das empresas na Amazônia.

A questão que ainda permanece é que quase sempre as ações embutidas nos vários programas propostos para a Amazônia, ao mesmo tempo as experiências inovadoras surgidas nos mais diversos lugares são pontuais com capacidade de polarização reduzida e o espaço que resulta desse processo caracteriza-se pelo controle estatal e não estatal, governamental e não governamental que tende a impor caráter homogêneo, ao mesmo tempo que fragmentado. A tendência à homogeneização ocorre porque o espaço passa a ter a equivalência de mercado e para o mercado e, conseqüentemente, fragmenta o espaço que deixa de ser aldeia, colocação, lote e passa a ser tratado como reserva, módulo, unidade, se constituindo num espaço lógico, embora a lógica do conjunto homogêneo seja desmentida pela fragmentação do detalhe. O exemplo disso são as reservas extrativistas, que surgem no início dos anos de 1990, como a alternativa de desenvolvimento e que hoje estão restritas a áreas específicas e sem capacidade de articulação com outras espacialidades. O mesmo pode ser dito de projetos ligados de modo genérico à sustentabilidade, que tem ações locais específicas sem capacidade de capilaridade, atingindo, quando muito, um grupo restrito de pessoas.

A questão de fundo é que no detalhe se dá o conflito que se estabelece no lugar. O local é o espaço da vida, da vivência, pondo-se como contraposição à homogeneização que é imposta pelas estruturas de poder. Nesse âmbito, o mesmo processo que tende à homogeneização produz o seu contrário: a resistência e a luta pelo direito a ser diferenciado. Nesse sentido, há alguma possibilidade para experiências alternativas e controle, e ações do território passam a ser múltiplas.

A multiplicidade de controle decorre por ser a Amazônia lugar diverso e as suas cidades também, o que não significa dizer que as cidades não apresentem similaridades. A unidade ou é intenção ou é imposição, nunca é de fato. Quando se aponta que as cidades amazônicas são iguais, na verdade se expressa a impotência em decorrência do imediatismo da interpretação. Isso resulta da fragilidade de como tomamos os conceitos – por exemplo, de cidades sustentáveis – só porque se articulam a aspectos da natureza pelos rios e pelas florestas. O discurso da cidade sustentável aparece, de modo deliberado ou não, como projeto instrumental e de controle do território a deixar marcas profundas e perversas na natureza e nas culturas amazônicas.

O contraponto aparece como resistência, porque para as sociedades amazônicas as florestas, os rios, são portadores do modo de ser vivente. A

natureza se lhe afigura como espaço-tempo que homens e mulheres habitam e são habitados, num ritmo próprio e diverso do que lhes é imposto.

É preciso compreender o território que resulta desse processo que, de um lado, reflete as duras condições de vida, de outro também é sinal de resistência, de força inquebrantável para a construção de uma nova vida que não é necessariamente melhor ou pior, mas é outra vida.

A questão fundamental para se compreender a dimensão do controle e ações do espaço das cidades amazônicas, em especial aquelas localizadas nas margens dos rios, é que é preciso ultrapassar as análises baseadas nas macroestruturas e no urbano genérico. Essas análises são fundamentais, mas insuficientes, pois é preciso considerar também as coisas simples, a vivência do dia a dia, o cotidiano. Dessa maneira, não se pode partir da premissa de que os homens e mulheres da Amazônia, especialmente os que moram nessas cidades, são apenas vítimas. A sociedade do agora é, sem dúvida, a reatualização da exclusão que existia na exploração das drogas do sertão, na economia gomífera, e continua a produzir novos e velhos pobres na cidade, nas florestas, nos rios e na terra, mas é também onde emergem novos sujeitos sociais, que nesse processo de produção do espaço têm perdas e ganhos, mas que buscam produzir espaços e tempos que escapam aos controles gerais e se transformam em espaços vividos do campo e das cidades que não são separadas, pois que são espacialidades da vida.

É certo que a complexidade da Amazônia não pode prescindir da objetivação construída pela racionalidade científica visando criar os conceitos que aparentemente servirão ao desvendamento da realidade, pois que certamente permanecerá restrito se não incorporar o pensamento que vem das expressões mítica, poética e que emergem dos simples. Para além da ciência, é necessário o pensamento sobre a Amazônia que ultrapasse as disciplinas e exerça o campo do saber constituído pela ecologia da razão disciplinar, ou, se quisermos, a ecologia dos saberes (SANTOS, 2006).

O espaço-tempo na Amazônia ainda permite às populações locais a alteridade e identidade da relação sociedade e natureza. Essa não se define pela posse, pois ainda predominam dimensões do uso objetivadas pela práxis. Em decorrência, o controle e as ações que são impostos pelas relações mercantis inibem e silenciam as ricas e complexas possibilidades de expressão cultural, simbólica, mítica e estética. Todavia, a "sustentabilidade de mercado" e do modelo desenvolvimentistas não respondem igualmente à crise social, uma vez que a racionalizasse inerente a esses

modelos se orientam para a concentração, e não para a distribuição de riquezas e oportunidades. Ou seja, os modelos postos pelos planos de desenvolvimento regional e por ações de ONGs trazem em si a própria ação e lógica do mercado e, como tal, não solucionam as desigualdades sociais, na maioria das vezes as aprofundam.

Parece, enfim, que a magnitude da crise contemporânea demanda um projeto de controle e ação do e no espaço especialmente para as suas cidades amazônicas, mas não apenas que transcendam as fronteiras do mercado. O próprio discurso da sustentabilidade, em sua origem, pressupõe a articulação complexa que integra a multiplicidade de aspectos sociais. Assim, a sustentabilidade liderada pelo mercado e apoiada em mudanças técnicas e espaciais será sempre reducionista e, portanto, necessariamente insustentável.

Das espacialidades das cidades amazônicas, pela baixa articulação aos centros hegemônicos, poderão emergir novas formas de controle e de ação, visto que comportam elementos da natureza ainda não conhecidos e, como esse processo ainda necessita de uma base logística, essas cidades poderiam representar essa base, pois seriam facilmente ligadas ao mundo, por exemplo, por meio das comunicações por satélite. Compreender esse processo em curso e verificar se ele se conclui significa a busca de desvendar a Amazônia a partir de suas cidades.

Considerações finais

Ao se discutir a Amazônia, predomina o primeiro entendimento: o de região exuberante, grandiosa, folclórica, fotogênica, destacando apenas a paisagem natural, como se o espaço fosse inumano. Já se sustentou mesmo "que o homem ali é ainda um intruso impertinente, chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu vasto e luxuoso salão" (CUNHA, 1946). Trata-se de impressões colhidas no calor de uma viagem no início do século XX, mas denota que muitas vezes capta-se o essencial no acidental, separando as pessoas de seu espaço, como se fosse possível compreender o espaço sem as relações humanas.

É nesse sentido que existe pertinência na discussão sobre a Amazônia, entendida como formação econômico-social produzida a partir da dinâmica histórica e territorial e, portanto, sujeita a idas e vindas. Os eventos que atingem a região confundem-se com os processos de domínio da na-

tureza, da expansão da fronteira e também refletem ou dinamizam mudanças culturais, sendo tanto um território datado e situado, da mesma maneira que é uma ideia, uma fábula, uma utopia.

Na Amazônia, o conquistador travestido de deus foi além da cruz e da espada. Espelhou no processo civilizatório ocidental suas idealizações de embate com a natureza e com o outro. A Amazônia da natureza perdeu muito cedo essa condição, apesar de estar sempre reinventada no nosso agora pelo discurso ecológico. No processo da conquista, as vilas e cidades eram criadas pelo olhar vigilante da Igreja e do Estado, atualmente é o olhar atento das ONGs, dos satélites, das várias forças legais ou não. São os novos parâmetros da natureza como mercadoria que determinam as novas-velhas territorialidades aniquilando as preexistentes, mas não conseguindo impedir a reconstrução destas em outras dimensões.

É desnecessário dizer que as cidades são produzidas socialmente, são produtos de uma cultura datada num determinado tempo e lugar e refletem as condições específicas do lugar e dos conflitos que não são exclusivamente econômicos, pois têm dimensões culturais, políticas e ideológicas e retratam o vivido de quem as constrói.

Com isso, talvez compreendamos as cidades amazônicas como portadoras de possibilidades de uma vida melhor para todos.

Referências

- BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- _____. "Dinâmica Urbana na Amazônia". In: CAMPOLINA, Diniz C. & LEMOS, M. B. (Orgs.). *Economia e Território*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- _____. *Urbe amazônica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERRY, B. J. L. *City Classification Handbook: Methods and Applications*. Chicago: Wiley-Interscience, 1972.
- CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. "A periodização da rede urbana da Amazônia". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 49(3), p. 39-69, jul. 1987.

- _____. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CUNHA, Euclides da. À margem da História. 6ª ed. Porto: Livraria Lello & Irmãos Editores, 1946.
- DENEVAM, William M. "The pristine myth: the landscape of the Americas in 1492". *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 82, (3). The Americas before and after 1492: Current Geographical Research, p. 369-385, sep. 1992.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 15ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.
- HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- IANNI, Octavio. Ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. 4. édition. Paris: Anthropos, 2000.
- MATOS, Olgária. "Amor e cidade, amor na cidade: Walter Benjamin". In: MAGALHÃES, Maria Cristina Rios (Org.). Na sombra da cidade. São Paulo: Editora Escuta, 1995. p. 14-32.
- MENEZES, Maria Lucia Pires. "Fronteiras e bordas na Amazônia brasileira: considerações sobre três cidades". *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona-Espanha, Universidad de Barcelona, n.º 45 (38), ag. 1999.
- MORAES, André de Oliveira; SCHOR, Tatiana. "A geografia do abastecimento alimentar na Amazônia dos grandes rios: estudo a partir de Coari e Manacapuru-AM". X Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Florianópolis, novembro 2007.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. Cidades na selva. Manaus: Valer, 2000.
- _____. Manaus de 1920-1967: cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas/Edua, 2003.
- _____. "As cidades da natureza, a natureza das cidades e o controle do território". In: BONASTRA, Quim; VASCONCELOS P. JÚNIOR, Magno; TAPIA, Maricarmen (Eds.). *Actas del XIII Coloquio Internacional de Geocrítica: El control del espacio y los espacios de control*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/xiii-coloquio/xiii-coloquio-portada.htm>>.
- PAES LOUREIRO, João de Jesus. Cultura amazônica: uma poética do imaginário. 5ª ed. Manaus: Valer, 2015.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.
- SCHOR, Tatiana. Ciência e tecnologia: o caso do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA). São Paulo: Annablume/Fapesp/Anppas, 2008.
- _____. "As cidades invisíveis na Amazônia Brasileira". *Mercator*, vol. 12, n.º 28, p. 67-84, mai/ago, 2013.
- SCHWADE, Maurício Adu. Riquezas materiais e imateriais: relações cidade e campo na Amazônia. Dissertação de Mestrado. Manaus: Universidade Federal do Amazonas/Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, 2014.
- TRINDADE-JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. "Laços & nós: dinâmicas sub-regionais e interfaces cidade-rio na Amazônia". *Revista Geográfica de América Central, Costa Rica, Número Especial Egal*, p. 1-16, 2011.

ciência. As reuniões de coordenadores, pesquisadores, pós-graduandos e editores de revistas ganharam dimensão política para tratar das semelhanças e diferenças entre concepções e ações dos geógrafos em seus ambientes de trabalho e pesquisa.

ELISEU SAVÉRIO SPOSITO Graduado em Geografia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente, mestrado e doutorado em Geografia pela USP. Professor titular da Unesp e professor visitante na Universidade de Salamanca, Espanha.

CHARLEI APARECIDO DA SILVA Graduação em Geografia e Mestrado em Geociências pela Unesp. Doutorado em Geografia pela Unicamp. Docente e pesquisador do departamento de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados.

JOÃO LIMA SANT'ANNA NETO Graduação, mestrado e doutorado em Geografia pela USP. Docente titular pela Unesp. Pesquisador visitante na Université Rennes 2, França, na Universidade de Coimbra, Portugal e na UERJ, Rio de Janeiro. Pós-doutorado na Universidade do Porto, Portugal.

EVERALDO SANTOS MELAZZO Economista pela Universidade Federal de Uberlândia - MG. Doutor em Geografia pela Unesp e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ. Professor Assistente da Unesp.

Ana Cristina Fernandes Arlete Moysés Rodrigues Cláudio Antonio Di Mauro Denise Elias Diana Lan Dirce Maria Antunes Suertegaray Eduardo Marandola Jr. Eliseu Savério Sposito Federico Arenas Helena Copetti Callai Iná Elias de Castro Jan Bitoun José Aldemir de Oliveira José Borzacchiello da Silva Joseli Maria Silva Lana de Souza Cavalcanti Manoel Fernandes de Sousa Neto Marcelo Lopes de Souza María Gloria Fabregat Rodríguez Rodrigo Hidalgo Rosselvelt José dos Santos Scott William Hoefle Sedeval Nardoque Valdir Adilson Steinke

SPOSITO, Eliseu Savério. **SIL**
A diversidade da Geografia b



0000000675



Associação Nacional
de Pós-Graduação
e Pesquisa em
Geografia

ISBN 978-85-69437-15-4



9 788569 437154